

A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: O FUNDEB EM QUESTÃO

Antônio Nascimento da Silva
UFAL
antonionascimento.adv.2017@gmail.com

Givanildo da Silva
UFAL
givanildo.silva@cedu.ufal.br

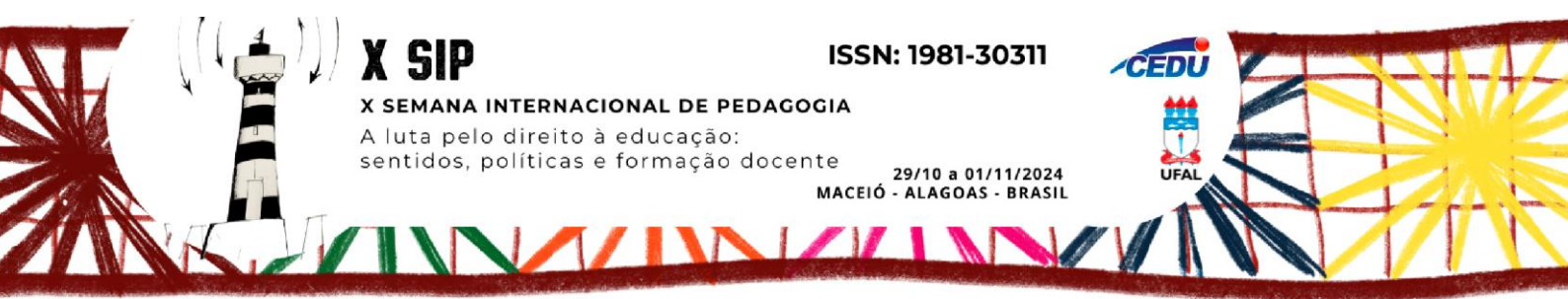
1 INTRODUÇÃO

O financiamento da educação básica é um campo complexo que demanda diferentes visões sobre o assunto. Ele é garantido na Constituição Federal de 1988 e tem o papel de viabilizar o direito à educação pública nos diferentes entes da federação brasileira. Em uma dimensão macro, o financiamento da educação é a base para o desenvolvimento da educação e as políticas de planejamento educacional, como o Plano Nacional de Educação.

A política de fundos para a educação surgiu como um caminho para viabilizar a fixação de valores subvinculados aos impostos arrecadados pelos estados, municípios e o Distrito Federal. A primeira Constituição brasileira a normatizar a forma de financiamento se deu em 1934. Em seus artigos, além do valor mínimo a ser investido na educação, já preconizava a possibilidade de se criar fundo a partir dos impostos. Pelo seu curto prazo de vigência, apenas 3 anos, não foi possível o cumprimento de seus princípios, inviabilizando os preceitos postos, especialmente o financiamento da educação.

2 OBJETIVOS

O objetivo da presente pesquisa foi apresentar a produção acadêmica sobre o Fundeb como política de financiamento da educação, buscando entender os seus principais aspectos de funcionamento e registrar considerações sobre os impactos desse fundo para o campo da educação em diferentes estados do país.



3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio da abordagem qualitativa (Triviños, 1987; Gil, 1999), tendo como técnica a Revisão Sistemática da Literatura (Galvão; Ricarte, 2020). De acordo com Triviños (1987), a abordagem qualitativa busca o significado que existe nos dados coletados a fim de perceber o fenômeno em cada contexto. Já para Gil (1999), a pesquisa qualitativa em base nas suas condições que são sujeitos, ponto de vista, foco investigativo e tempo é característica que põe a pesquisa como determinante essencial.

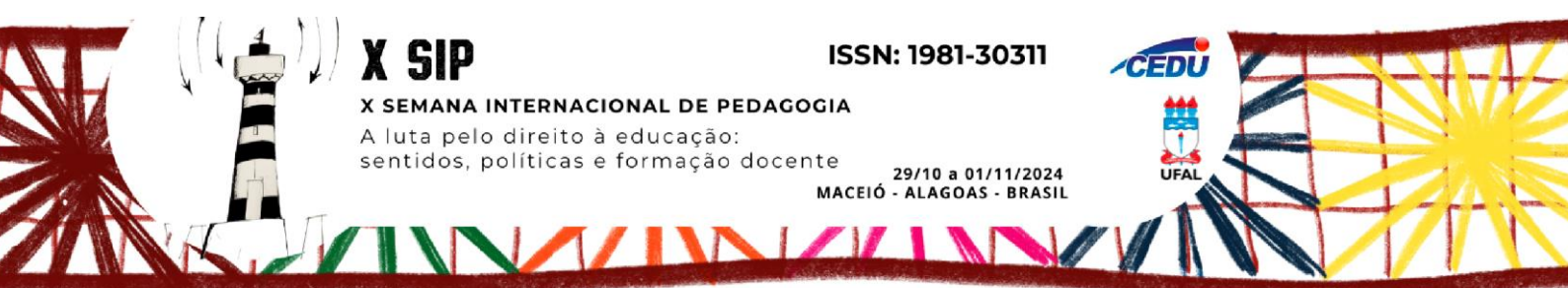
A técnica de revisão sistemática, a partir da abordagem qualitativa, ganha importância no estudo sobre o Fundeb, pois possibilita a construção de um arcabouço científico do referido fundo, na perspectiva de apresentar os seus impactos na educação pública. Segundo Galvão e Ricarte (2020), é uma técnica de pesquisa que segue protocolos específicos e busca dar logicidade a um corpus documental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho, a partir da revisão sistemática da literatura, baseia-se na análise de dissertações produzidas sobre o Fundeb entre o período de 2019 a 2022. Dentre as análises buscou-se compreender os impactos deste fundo na melhoria da educação, a contribuição do Conselho de Acompanhamento e Controle Social na execução e fiscalização, melhoria no desempenho dos alunos e se os recursos transferidos foram suficientes.

As áreas de produção das pesquisas são diversas como Educação, Direito, Economia e Administração Pública, mas todas buscaram compreender a política de financiamento da educação e sua capacidade de superar as desigualdades existentes por regiões. As pesquisas selecionadas, a partir dos critérios elencados, permitem entender o processo de implantação e desenvolvimento do Fundeb, suas perspectivas e seus avanços, enquanto política de Estado.

A primeira pesquisa analisada é de autoria de Javaerton de Souza Aquino (2019), discutindo a democratização da gestão da educação pública por meio da descentralização político-administrativa referente à transferência de recursos. Para



tal, buscou compreender a importância da atuação dos Conselheiros do Conselho e Acompanhamento do Controle Social do Fundeb vinculados à gestão no período de 2015/2017 no município de Macau, no estado do Rio Grande do Norte.

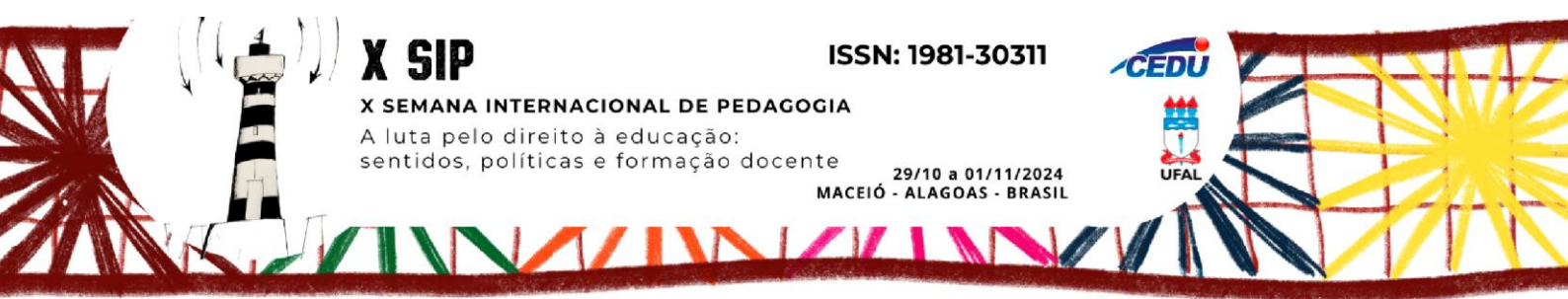
A segunda pesquisa foi a de Romeu Weliton Caputo (2019), a qual analisou a relação entre o desempenho dos anos finais do ensino fundamental na educação de 50 municípios brasileiros que tiveram evolução e de outros 50 que tiveram retração, e o investimento na educação nos anos de 2015 e 2017. Para o autor, a relação investimento adequado e desempenho percebidos através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica configura a correta aplicação dos recursos.

A terceira pesquisa, cuja autoria foi Francisco José de Lima (2019), analisou as repercussões do Fundeb na educação básica de Alagoas entre 2007 a 2016, abordando os gastos e os resultados. O período de dez anos do Fundeb é marco regulatório de como se deu a vigência deste fundo e como houve incremento de investimentos e melhora do desempenho da aprendizagem nas escolas da rede estadual.

A quarta pesquisa analisada foi de autoria de Gustavo Furtado Brandão (2019), a qual discutiu os impactos do Fundeb no financiamento do ensino fundamental do estado do Maranhão, e a eficácia quanto à diminuição das desigualdades e descentralização dos entes federados. Para atingir o objetivo, abordou o histórico do federalismo e o modelo adotado pela Constituição Federal de 1988.

A quinta pesquisa, de autoria de Josiane Cristina Rabac Stahl (2020), analisa a importância do Fundeb para a valorização dos Profissionais da Educação e suas contribuições para redução das desigualdades sociais. Para tal, buscou investigar as características da política pública do Fundeb e sua contribuição na sustentação da escola pública brasileira.

A sexta pesquisa, de autoria de Ana Carolina da Silva (2022), discutiu os impactos do Fundeb nos gastos com a educação, buscando observar se o recurso está sendo devidamente aplicado no serviço da educação. A discussão dissertativa implicou como objetivo perceber o impacto das transferências do Fundeb sobre os gastos em educação nos municípios brasileiros entre os anos de 2013 a 2018.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

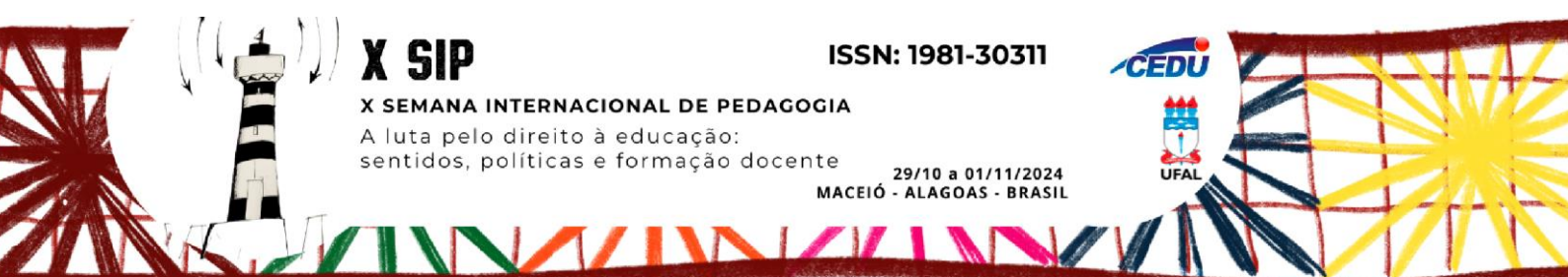
As pesquisas sobre o financiamento da educação são importantes dimensões que revelam a complexidade do campo educacional no Brasil, bem como as contradições presentes em um país, cuja extensão é continental. Assim, o resultado das problemáticas evidenciadas pelas pesquisas educacionais que tratam do financiamento da educação são expostas quando revelam as desigualdades político-sociais, resultando no contexto educacional.

O percentual mínimo de investimento não deveria ser encarado como regra, da mesma forma a complementação da União, não deveria ocorrer apenas da ausência do valor mínimo por aluno. Essa compreensão, caso fizesse parte da política de investimentos, traria considerável qualidade à educação. Perceber a utilização dos recursos investidos na educação de um modo global, nos dar ciência do precário tratamento dado à educação. Não é apenas falta de recurso, mas acrescenta-se a uma má gestão, que permanece com comportamentos politiqueiros de assistência eleitoral.

Nota-se que apesar das limitações, o Fundeb tem contribuído para a melhoria da educação e pode ser visto como um ganho para o campo do financiamento. Defende-se, no entanto, que o Fundeb seja um recurso exclusivamente para a educação pública, pautado em elementos com princípios que produzam igualdade, equidade, inclusão e participação, apontando para uma visão de educação sócio-política que tenha a formação referenciada socialmente como base a ser vivenciada e que as desigualdades social e educacional sejam superadas, cedendo espaço para a igualdade e a qualidade social da educação pública. Eis, portanto, o desafio!

REFERÊNCIAS

AQUINO, Javaerton de Souza. **Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS) do Fundeb no município de Macau/RN**: Discutido a participação dos conselheiros. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.



BRANDÃO, Gustavo Furtado. **As transferências fiscais no federalismo brasileiro:** sobre o repasse do Fundeb ao Estado do Maranhão. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei 11.494, de 20 de junho de 2007. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB**. Brasília, 20 de Junho de 2007.

BRASIL. Lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)**. Brasília, 25 de dezembro de 2020.

BRASIL. Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre o Fundo de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério- FUNDEF**. Brasília, 24 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996: **estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 1996.

CAMPOS, Maria Malta; CRUZ, Sílvia Helena Vieira. **Consulta sobre a qualidade da educação infantil:** o que pensam e querem os sujeitos deste direito. São Paulo: Cortez, 2011.

CAPUTO, Romeu Weliton. **Análise do investimento nos anos finais do ensino fundamental e desempenho educacional**. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública). Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

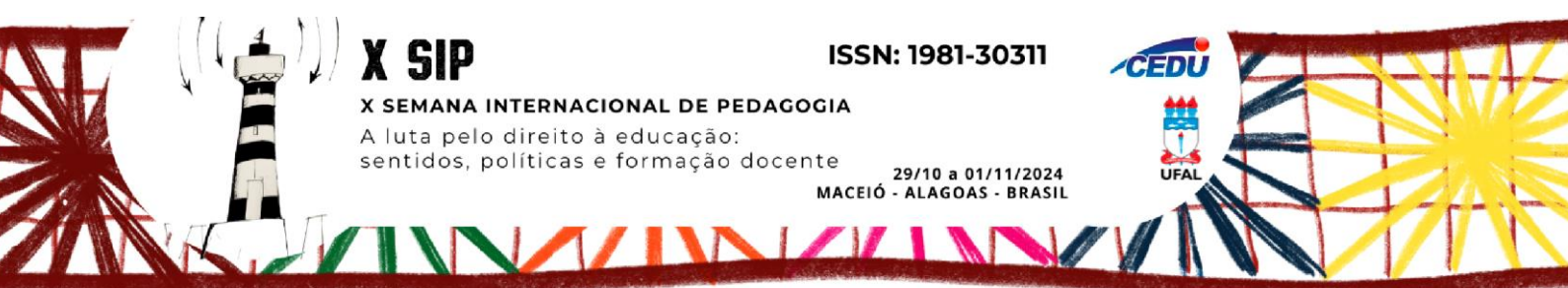
GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão Sistemática da Literatura Conceituação, Produção e Publicação. **Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6 n. 1, p.57-73, fev. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Francisco José de. **Dez anos de Fundeb:** Análise da evolução dos gastos e dos principais resultados na rede pública estadual de educação. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

NUNES, Alynne Nayara Ferreira. **O FUNDEB na prática:** uma análise jurídica dos desafios para a implementação de políticas públicas no Brasil. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento). Fundação Getúlio Vargas – Escola de Direito de São Paulo, São Paulo, 2016.

PINTO, José Marcelino de Rezende. NASCIMENTO. Iracema Santos do. O Sistema de Financiamento da educação básica pública no Brasil. In: Nascimento. Iracema



Santo do (Org.). **Fundeb pra valer!** A incidência política da Campanha Nacional pelo Direito à Educação na criação do Fundo da Educação Básica. Editora Chiado Books, São Paulo, 2019.

ROSSINHOLI, Marisa. **Política de Financiamento da Educação Básica no Brasil: Do FUNDEF ao FUNDEB.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2008.

SANTOS, Joedson Brito dos Santos. **O FUNDEB e a educação infantil no município de Itabuna.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SILVA, Ana Carolina da. **O Impacto das transferências do Fundeb nos gastos com educação nos municípios Brasileiros.** Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru, 2022.

STAHL, Josiane Cristina Rabac. **O Fundeb na educação pública Brasileira: Limites e possibilidades.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2020.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação.** São Paulo: Atlas, 1987.